

nformativo



ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO BANCO DA AMAZÔNIA



aeba.org.br [aeba.org.br](https://www.aeba.org.br) [AEBA Associação](https://www.aeba.org.br) [@AEBA_Associacao](https://www.aeba.org.br) [Aeba Associação](https://www.aeba.org.br) aeba@aeba.org.br (91) 3242-1766/99240-9300 (91) 3242-1766/3241-5628

BANQUEIROS OFERECEM MIGALHAS À CATEGORIA.

**AUMENTO REAL DE 0,6% NÃO CHEGA EM OUTUBRO, POIS A INFLAÇÃO ATÉ
LÁ, SUPERA ESSE ÍNDICE.**

VOTE NÃO NAS ASSEMBLEIAS DE 3 E 4 DE SETEMBRO. VAMOS À GREVE.

TRANSFORMAR A PARALISAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO. A ORGANIZAÇÃO EM PRESSÃO. A PRESSÃO EM GREVE.

SE A FENABAN NÃO CEDE, QUE A CATEGORIA DECIDA: DO DIA 20 À GREVE NACIONAL.

MESA ÚNICA NO BASA. NENHUM DIREITO A MENOS. NENHUMA PROPOSTA SEM ASSEMBLEIA.

O QUE ESTÁ SENDO COLOCADO PARA VOTAÇÃO

Depois de 13 rodadas e oito propostas rejeitadas, a negociação que começou na tarde de sexta-feira (28). Dali saiu a proposta que o Comando Nacional levará às assembleias entre as 19h de quinta-feira, 3 de setembro, e as 19h de sexta-feira, 4 de setembro.

A proposta prevê reposição integral do INPC mais aumento real de 0,60% em 2026 e também em 2027, aplicado a salários e às demais verbas, incluídos vale-refeição, vale-alimentação, auxílio-creche e a PLR na regra básica e na parcela adicional. Mantém as cláusulas da Convenção Coletiva e acrescenta participação dos sindicatos no Programa de Gerenciamento de Riscos Psicossociais da NR-1, ampliação do canal de assédio para denúncias contra clientes, limites ao monitoramento digital, direito à desconexão, um programa de requalificação e recolocação conduzido por consultoria contratada e indenização adicional em caso de demissão por fechamento de agência. E prevê o abono do dia 20 de agosto caso a proposta seja aprovada.

A questão que a assembleia precisa responder é — esse “reajuste” correspondem à força que a categoria tem, ou o quanto nós produzimos?

Até 13 de agosto, sétima rodada, os bancos não tinham apresentado um único índice; ofereceram congelamento do piso de ingresso, reajuste dividido em três faixas salariais sem informar parâmetros nem percentuais, e ainda propuseram rebaixar os vales nas cidades do interior.

Em 17 de agosto, as assembleias responderam: 97% rejeitaram as faixas e o congelamento do piso, e 90% aprovaram a paralisação nacional. No dia 18, a Fenaban tentou condicionar a continuidade da negociação à suspensão da paralisação já aprovada pelas bases; o Comando recusou. No dia 20, milhares de agências fecharam.

Só então os banqueiros retiraram as faixas salariais e o congelamento do piso. E, quando a mobilização não teve continuidade, no dia 25 voltaram com 2,57% — 62% da inflação, perda real de 1,5% —, congelamento da PLR e do piso de novo na mesa. Foi preciso mais uma semana de recusas para chegar ao que está sendo votado agora. Uma única paralisação de 24 horas moveu a Fenaban do arrocho para o aumento real. A pergunta que ninguém na direção sindical quer fazer é o que teria sido arrancado com o estado de greve instalado e a ameaça concreta de paralisação por tempo indeterminado às vésperas da data-base.

0,60% NÃO É VALORIZAÇÃO. É MIGALHA.

A categoria não entrou nesta campanha pedindo 0,6%. Na Consulta Nacional, mais de 54 mil bancárias e bancários apontaram o aumento real como prioridade máxima, com 93% das respostas. A pauta aprovada nas assembleias pedia reposição integral do INPC mais 5% de aumento real e piso de cerca de R\$ 8 mil, conforme cálculo do Dieese. O que está na mesa é pouco mais de um décimo do aumento real reivindicado. Cabe ressaltar, também, que a previsão de inflação para setembro (até 0,28%) e outubro (até 0,35%), superam acumuladamente esse índice, o que vai nos restar amargarmos 10 meses com um reajuste abaixo da inflação.

E não é por falta de dinheiro: R\$ 1,2 trilhão foi o patrimônio líquido do setor bancário em 2025; R\$ 438 mil é o lucro que cada bancário gera para o seu banco; R\$ 12,5 milhões será a remuneração média anual dos altos executivos dos três maiores bancos privados em 2026 — 120 vezes o que um escriturário recebe no ano inteiro; 5,9% do lucro foi o que os bancos privados destinaram em média à PLR em 2025; em 1995 esse percentual chegava a 14%; 40% da categoria usou medicamentos controlados entre maio de 2025 e maio de 2026.

Diante desses números, 0,6% não valoriza ninguém. Apenas registra em cláusula o quanto os bancos calcularam que precisariam pagar para nos fazer parar de parar.

“E A ULTRATIVIDADE?” – RESPONDAMOS DE FRENTE

O argumento que será usado contra a rejeição é conhecido: sem ultratividade, a CCT vence em 1º de setembro e os direitos caem. É verdade que a Reforma Trabalhista de 2017 retirou essa garantia. Mas é preciso dizer o que essa constatação significa na prática, e não usá-la como argumento de resignação.

A perda da ultratividade foi exatamente a arma que a Fenaban usou o tempo todo: arrastar treze rodadas até encostar na data-base para negociar com a faca no nosso pescoço. A resposta a essa arma não é aceitar o que aparecer no último minuto. A resposta é a greve, o único instrumento que restou à categoria para reequilibrar a mesa e o único que a Constituição garante justamente para situações como esta.

Rejeitar não é ficar sem acordo. É voltar à mesa com força. O prejuízo de um dia sem CCT assinada é grande para nós, mas o prejuízo de uma rede bancária parada por tempo indeterminado é incomparavelmente maior para eles. Quem tem mais a perder com a paralisação não somos nós.

NO BANCO DA AMAZÔNIA, A RECEITA DA DIRETORIA É CONHECIDA: REPETIR A PROPOSTA DA FENABAN!

Para os empregados do BASA, o cálculo é pior. A CCT nacional é o piso sobre o qual se negocia o nosso ACT. Se o piso nacional é baixo, o específico vem abaixo dele — e é assim que a direção do banco vai justificar cada recusa nas próximas semanas.

Lembremos onde estamos: o banco não apresentou índice, alternativa social nem contraproposta econômica; sentou-se à mesa para rejeitar. Mantém mesas separadas para o ACT e para o PCS, fragmentando a negociação — divisão que a AEBA denuncia desde junho. No PCS, 1.190 dos 2.865 elegíveis não aderiram, sendo 947 recusas só na carreira Bancária, e o banco precisou reabrir o prazo de adesão. No Amazônia Saúde, o acordo sobre a nova tabela de reembolso segue sem implantação. O Banco também recusou a medição junto com o MPT e não consegue responder às questões da mudança na carreira.

O Banco também ainda não cumpriu o que foi acordado em 2024 para a mudança no reembolso saúde, embora a proposta esteja pronta e aceita pelas entidades, o Banco não a implementou.

Aprovar agora uma CCT rebaixada é entregar ao BASA, de graça, o argumento de que a categoria aceita pouco. É desmontar a nossa mesa específica antes mesmo de ela produzir qualquer coisa.

O QUE A AEBA DEFENDE E CONVOCA

- Votar NÃO nas assembleias de 3 e 4 de setembro e devolver a proposta à mesa por insuficiente. Aprovar o ESTADO DE GREVE na mesma assembleia, com deflagração de greve por tempo indeterminado caso a Fenaban não melhore a proposta econômica.

- Abono incondicional do dia 20 de agosto: o direito de greve não se negocia como se fosse cláusula de benefício.
- Mesa única no Banco da Amazônia, já: ACT e PCS na mesma mesa, no mesmo dia, com todas as entidades que representam os empregados do BASA.
- Organização concreta da greve: comandos por agência, departamento e região, fundo de greve, comunicação própria e defesa jurídica contra retaliação.

Fazemos esse chamado à Contraf-CUT a CONTEC e ao Sindicato dos Bancários do Pará e de todos os Estados que tem presença do Banco da Amazônia, com todas as letras: coloquem a greve na pauta da assembleia. E fazemos o chamado a cada colega: comparecer, discutir com quem senta ao lado e votar pela rejeição da proposta da FENABAN.

